



NOTÍCIAS DE BRASÍLIA

Noticias de interesse da segurança pública em tramitação nos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, no plano federal, na semana de 12 a 16 de setembro de 2016.

1. PODER LEGISLATIVO –



1.1 PROPOSIÇÕES APRESENTADAS

Projeto regulamenta comercialização de spray de pimenta

O uso de spray de pimenta poderá ser regulamentado no País. O deputado Silas Freire (PR-PI) apresentou **projeto de lei** (PL 55821/6) que disciplina a comercialização do produto para uso pessoal para fins de defesa própria. A proposta determina que o produto poderá ser vendido apenas por lojas autorizadas e em versões de no máximo 50 mililitros (ml). Volumes maiores do que isso serão de uso exclusivo das Forças Armadas e de forças de segurança, como polícias e guardas municipais. Poderão comprar o produto homens maiores de 18 anos e mulheres a partir de 15 anos, desde que autorizadas pelos responsáveis legais. Nos dois casos, a compra deve ser antecedida por apresentação de requerimento dirigido à Secretaria de Segurança Pública, com entrega de documentos pessoais, como identidade, comprovante de residência e certidão negativa de antecedentes criminais.

Debatedores defendem regras para depoimentos de crianças vítimas de violência

Debatedores defenderam a criação de regras para os depoimentos de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, durante comissão geral no Plenário da Câmara que debateu a violência contra mulheres e meninas e a cultura do estupro, nesta quarta-feira (14). A medida está prevista no **Projeto de Lei 3792/15**, da deputada Maria do Rosário (PT-RS) e outros, que cria um sistema integral de atendimento a essas crianças e adolescentes, especialmente para as vítimas de violência sexual. “Uma criança não pode ser ouvida dezenas de vezes, em um processo contínuo de tortura. Precisamos atualizar esses procedimentos”, disse Maria do Rosário. A proposta também recebeu apoio da representante do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) Fabiana Gorenstein. Segundo ela, a Unicef ajudou a construir e apoia a proposta para garantir que crianças vítimas de violência tenham oitiva adequada. O projeto, que tramita em regime de urgência, será analisado por comissão especial e pelo Plenário.

1.2 Agenda da Câmara dos Deputados

<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/516407-AGENDA-DA-PROXIMA-SEMANA.html>

DESTAQUES DA AGENDA

SEGUNDA-FEIRA (19)

16 horas

Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado

Audiência pública para discutir a instrução normativa 106-DG/PF, de 9 de agosto de 2016, que estabelece procedimentos para o embarque de passageiro armado e para o despacho de arma de fogo e/ou munições em aeronave privada - REQ 169/16, do deputado Laerte Bessa (PR-DF). Foram



NOTÍCIAS DE BRASÍLIA

convidados, entre outros: o presidente da Associação dos Oficiais da Polícia Militar do Distrito Federal, capitão Rômulo Flávio Mendonça Talhares; o vice-presidente da Associação dos Praças Policiais e Bombeiros Militares do Distrito Federal, sargento Manoel Sansão Alves Barbosa; e o presidente do Sindicato dos Policiais Cíveis do Distrito Federal (Sinpol), Rodrigo Franco.

Plenário 6

TERÇA-FEIRA (20)

9 horas

Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

Votação de projetos e requerimentos.

Plenário 1

9h30

Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado

Votação de projetos e requerimentos.

Plenário 8

QUARTA-FEIRA (21)

9 horas

Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

Votação de projetos e requerimentos.

Plenário 1

2. PODER LEGISLATIVO –



2.1 PLENÁRIO

Aprovadas medidas de combate ao tráfico de pessoas e ajuda às vítimas do crime

O Brasil terá em breve um marco regulatório para prevenção e repressão ao tráfico interno e internacional de pessoas. O Plenário do Senado aprovou nesta terça-feira (13) o **Projeto de Lei do Senado (PLS) 479/2012**, que ratifica acordo internacional. O texto estabelece ainda medidas de atenção às vítimas do tráfico. A matéria segue à sanção presidencial. Pelo texto, fica tipificado o tráfico de pessoas, sujeito a pena de quatro a oito anos de prisão, além de multa. Também permanecem as circunstâncias atenuantes, como a condição de réu primário e não integrante de organização criminosa, e agravantes, como a retirada da vítima do território nacional. O projeto prevê ainda oferta de seguro-desemprego às vítimas do tráfico de pessoas submetidas a condição análoga à de escravo ou a exploração sexual.

2.2 PROPOSIÇÕES APRESENTADAS

Motoristas profissionais poderão pagar multa para não perder o direito de dirigir

Os motoristas profissionais poderão ter a opção de pagar multa para não perder temporariamente o direito de dirigir se atingirem 20 pontos na carteira em um ano. Essa mudança no Código de



NOTÍCIAS DE BRASÍLIA

Trânsito Brasileiro (**Lei 9.503/1997**) está prevista em proposta em análise no Senado. O **Projeto de Lei do Senado (PLS) 334/2016**, que passará por votação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), foi apresentado pelo senador Eduardo Lopes (PRB-RJ). A proposição estabelece que os motoristas profissionais, em vez de terem a carteira suspensa, paguem multa de R\$ 2 mil quando for atingido o limite máximo de pontos para infração. Os condutores que exercem atividade remunerada em veículo habilitado na categoria B, como os taxistas, são inseridos pelo projeto entre os que são considerados motoristas profissionais, atualmente aqueles habilitados nas categorias C, D e E. Dessa forma, eles também poderão pagar multa para não ter suspenso o direito de dirigir.

Assassinato de jornalista pode se tornar crime hediondo

O **Projeto de Lei do Senado (PLS) 329/2016**, apresentado pelo senador licenciado Acir Gurgacz (PDT-RO), transforma em crime hediondo o homicídio de jornalistas em razão de sua profissão. A punição para crimes hediondos é mais dura. Os condenados por esse tipo de crime não têm, por exemplo, direito a anistia, graça e indulto. Outra regra é que a pena deve ser cumprida inicialmente em regime fechado. Acir Gurgacz argumenta que a violência contra profissionais de imprensa é uma afronta à liberdade de expressão e, por isso, nociva à democracia. Citou dados da International Press Institute, que é uma organização dedicada à liberdade de imprensa, segundo os quais o Brasil ficou, em 2013, em oitavo lugar no ranking dos países com mais mortes de jornalistas. Os sete primeiros são: Síria, Iraque, Filipinas, Índia, Paquistão, África do Sul e Somália.

2.3 COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

Em pauta na CCJ, projeto dá fim a conflito de competência na fiscalização de trânsito

A fiscalização de trânsito poderá ficar menos burocrática e mais eficaz. É o que pretende o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), que apresentou um projeto (**PLS 335/2016**) para acabar com o conflito de competência entre os órgãos que atuam na fiscalização de trânsito no âmbito estadual. O projeto aguarda a apresentação de emendas na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). De acordo com o senador, o Código de Trânsito Brasileiro (**CTB – Lei 9.503/1997**) determina que a fiscalização do trânsito é de competência dos órgãos rodoviários — os Departamentos de Estradas de Rodagem (DERs) ou equivalentes. Outro artigo da mesma lei, porém, delega essa competência para os órgãos executivos de trânsito dos estados, como os Detrans. O projeto de Flexa permite que os DERs possam delegar competências como fiscalização, aplicação de multas e arrecadação para os Detrans. Com a possibilidade de delegação, o projeto pretende que não haja dois órgãos estaduais realizando a mesma atividade na circunscrição.

2.4 Agenda do Senado Federal

<http://www12.senado.leg.br/noticias/agendasemanal/2016/09/19>

DESTAQUES DA AGENDA

Agenda - 20/09/2016 (Terça-feira)

09h

Comissão/Constituição e Justiça -

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) tem reunião deliberativa com 33 itens. Entre eles, o [PLS 56/2012](#), que institui normas relacionadas à responsabilização na contratação de obras



NOTÍCIAS DE BRASÍLIA

públicas, e o [PLS 214/2014](#), que racionaliza e simplifica atos e procedimentos administrativos da União. Veja a pauta [completa](#)

Local: Ala Senador Alexandre Costa, plenário nº 3

Status: Confirmada

3. PODER JUDICIÁRIO

3.1 SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

[Ministra Cármen Lúcia assume Presidência do STF com compromisso perante o povo brasileiro](#)

Na sessão solene em que tomou posse como presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), a ministra Cármen Lúcia definiu seu compromisso de priorizar os cidadãos brasileiros durante sua atuação à frente do Poder Judiciário. “Minha responsabilidade é fazer acontecer as soluções necessárias e buscadas pelo povo brasileiro”, afirmou. O discurso começou com uma interpretação pessoal do protocolo. “A norma protocolar determina que os registros e cumprimentos se iniciem pela mais elevada autoridade presente”, explicou a ministra. “Início, pois, meus cumprimentos, dirigindo-me ao cidadão brasileiro, princípio e fim do Estado, senhor do poder da sociedade democrática, autoridade suprema sobre todos nós, servidores públicos, em função do qual há de labutar cada um dos ocupantes dos cargos estatais”. Para a nova presidente do STF, o cidadão brasileiro está “muito insatisfeito por não termos o Brasil que queremos, mas que é nossa responsabilidade direta colaborar, em nosso desempenho, para construir”.

3.2 SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

[Terceira Seção aprova súmula sobre crime de roubo](#)

Os ministros da Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) aprovaram nesta quarta-feira (14) uma súmula conceituando o crime de roubo em situações nas quais a posse do objeto roubado foi mantida por pouco tempo. O enunciado aprovado é a Súmula 582, oriunda do projeto 1.114, que teve por base um recurso julgado sob o rito dos repetitivos. O projeto de súmula foi relatado pelo ministro Sebastião Reis Júnior. O texto aprovado diz o seguinte: “Consuma-se o crime de roubo com a inversão da posse do bem mediante emprego de violência ou grave ameaça, ainda que por breve tempo e em seguida à perseguição imediata ao agente e recuperação da coisa roubada, sendo prescindível a posse mansa e pacífica ou desvigiada.” Segundo os ministros da seção, a definição auxilia os magistrados no julgamento de casos em que se discute o crime de roubo consumado e a tentativa de roubo, já que as penas são diferentes em cada caso. Nos casos analisados para a definição da súmula, os ministros definiram que o crime é consumado. A tese foi definida inicialmente no julgamento do [REsp 1.499.050](#), sob o rito dos repetitivos, em novembro de 2015.

4. PODER EXECUTIVO

4.1 MINISTÉRIO DA DEFESA

[Forças Armadas atuarão nas eleições 2016](#)

Militares da Marinha, do Exército e da Força Aérea Brasileira atuarão no apoio logístico, em 107 localidades brasileiras, durante as eleições municipais desse ano. De acordo com a [portaria normativa nº 52/MD](#), publicada no Diário Oficial da União, desta quarta-feira (14), o Ministério da Defesa empregará tropas das Forças Armadas durante o período eleitoral, atendendo a



NOTÍCIAS DE BRASÍLIA

solicitação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Desde 1994, a Justiça Eleitoral conta com o apoio logístico das Forças Armadas para locais de difícil acesso ou em situação de violência durante as eleições. Previstas para os dias 2 e 30 de outubro, as eleições municipais contarão com as Forças Armadas para transporte de pessoas e materiais utilizados durante a votação e apuração. Até o momento, a pedido do TSE, esse apoio logístico se dará nos estados do Acre (41 localidades), Amazonas (29), Amapá (5), Mato Grosso do Sul (4) e Roraima (28). Além do efetivo militar, também serão utilizadas aeronaves, embarcações e viaturas para o deslocamento até os locais de atuação das tropas.

4.2 MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

REFORMA: Secretário reforça objetivo de preservar a Previdência Social

De Florianópolis – Ao abrir a sessão plenária que debateu o modelo previdenciário do país no 37º Congresso Brasileiro dos Fundos de Pensão, que prossegue até esta quarta-feira (14), em Florianópolis, o secretário de Previdência, Marcelo Caetano, reforçou a necessidade de uma reforma para garantir a sustentabilidade e fortalecer o sistema. “O grande objetivo da reforma é manter a Previdência Social”, declarou. O secretário alertou que os sinais do encolhimento da população, que vem se dando de maneira acelerada, já serão sentidos no início da próxima década: “Além do envelhecimento, registra-se uma queda na fecundidade, que já está abaixo da taxa de reposição”. Também observou que, na situação atual, a previdência apresenta uma necessidade de financiamento alta e crescente. “A Previdência é um programa social, focado na população idosa, que se quer preservar”, acrescentou.

5. ASSUNTOS DE INTERESSE DA FENEME

5.1 LANÇAMENTO DE LIVRO

“A INVESTIGAÇÃO REALIZADA PELA POLÍCIA MILITAR NO COMBATE DO CRIME DE TRÁFICO DE DROGAS: UMA MEDIDA DE URGÊNCIA NA PRESERVAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA”.

Luiz Fernando Oliveira de Marchi[1]

Vinícius Valdir de Sá[2]

*Oficiais da PMSC

<http://www.ciclocompleto.com.br/pagina/1495/a-investigaccedilatildeo-realizada-pela-poliacutecia-militar-no-combate-do-crime-de-traacutefico-de-drogas-uma-medida-de-urgecircncia-na-preservaccedilatildeo-da-ordem-puacuteblica>

5.2 CICLO COMPLETO DE POLÍCIA

- **Entrevista do Deputado Federal Subtenente Gonzaga**

JOGO ABERTO - Subtenente Gonzaga BL 01. Confira mais sobre seus programas favoritos em nosso site: <http://www.tarobalondrina.com.brwww.youtube.com>

<http://www.ciclocompleto.com.br//pagina/1497/ciclo-completo---entrevista-em-londrina---dep-sub-ten-gonzaga>

- **Governo de Rondônia inicia processo que permite policiais militares lavrarem Termo Circunstanciado de Ocorrência.**

<http://www.feneme.org.br//pagina/1500/governo-de-rondocircnia-inicia-processo-que-permite->



NOTÍCIAS DE BRASÍLIA

- **Reunião com Ministro da Defesa**

No dia 12/09/2016 ocorreu a reunião do Deputado Federal Subtenente Gonzaga e representantes do Gabinete Integrado de Segurança, com participação da FENEME, para tratar com o Ministro da Defesa sobre Ciclo Completo e outros temas relevantes da segurança pública.



Seguem os destaques dos assuntos tratados:

- PEC 430/2014 - Ciclo Completo de Polícia
 - PEC 117/2015 - Desvinculação das Perícias
 - Implementação do TCO para todas as Polícias do Brasil
 - Proposta de alteração do R-105 visando agilizar e aperfeiçoar a aquisição de produtos controlados pelas Polícias que demandam autorização pelo EB.
- **Turma Recursal reconhece legitimidade de Termo de Ocorrência Circunstanciado lavrado pela Polícia Militar**

<http://www.tjse.jus.br/agencia/decisoes/item/9442-turma-recursal-reconhece-legitimidade-de-termo-de-ocorrencia-circunstanciado-lavrado-pela-policia-militar>

5.3 ENTREVISTA DO CAP PMDF OLAVO MENDONÇA, NO PROGRAMA “CONECTADO NO PODER”

“México cria polícia militar para combater crime e a Segurança no DF”.

<http://www.edgarlisboa.com.br/destaques-2/mexico-cria-policia-militar-para-combater-crime/>



NOTÍCIAS DE BRASÍLIA

5.4 MINISTÉRIO DA SEGURANÇA

Agendas importantes de segurança pública em Brasília

Nesta quarta-feira (14/09/16), o Presidente do Conselho Nacional de Comandantes-Gerais das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares (CNCG), Coronel Marco Antônio Badaró Bianchini, acompanhado dos Comandantes Gerais da PMGO, PMDF, PMMA, CBMGO, CBMSC e CHEM da PMTO participou, em Brasília, de reunião com o Presidente da Câmara dos Deputados Federais, Deputado Rodrigo Maia, que estava acompanhado pelo Presidente da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, Deputado Alexandre Baldi e o Deputado Subtenente Gonzaga. **A FENEME foi representada pelo seu Vice-Presidente, Ten Cel PMMG Ronaldo.**

O Objetivo do encontro foi levar ao Presidente da Câmara propostas de temas de relevante interesse das instituições estaduais de segurança pública, tais como: a criação do Ministério da Segurança Pública, ações de governança, ações integradas entre as instituições de segurança pública, ações de prevenção à violência, de repressão qualificada à criminalidade e a consolidação do pacto de segurança pública integrada.



A reunião contou com a presença de várias autoridades que compõem o sistema de defesa social, como Secretários de Segurança Pública, Chefes de Polícia Civil, dentre outros.

Após este encontro, o Presidente do CNC, Coronel Bianchini, acompanhado pelo Comandante Geral do CBMSC - Cel Mocelim e do CBMGO e Presidente da LIGABOM - Cel Helbingen, reuniram-se com o Secretário Nacional de Segurança Pública - Dr. Celso Perioli, oportunidade em que foi entregue convite para o mesmo participar da IV SENABOM e da reunião do CNCG a ser realizado no mesmo período, além de abordar vários assuntos de interesse dos militares Estaduais, destacando, dentre eles, a proposição da nova lei orgânica para as polícias militares brasileiras, documento que traz significativos avanços e garantias para as instituições militares e seus integrantes e que está parado naquela Secretaria desde 2012.



NOTÍCIAS DE BRASÍLIA

5.5 FENEME PROMOVE CURSO PARA ASSESSORES PARLAMENTARES

Prezadas(os) Oficiais do Curso Assessoria Parlamentar,

Gostaria de dar boas vindas a todos por ocasião da realização do 2º Curso de Assessoria Parlamentar em Brasília-DF, de 19 a 23 de setembro de 2016.

A FENEME, organizadora do referido curso, está fazendo e fará de tudo para que todos aproveitem ao máximo e possam colocar em prática todos os conhecimentos e orientações recebidos, em suas respectivas Instituições Militares e no âmbito das Entidades representativas de Oficiais e de seus integrantes.

O curso terá como coordenador Major da BMRS Specht diretor da FENEME, além de contar com a participação e apoio de vários instrutores e colaboradores como: Cel PM Marlon, Cel PM Miler, Cel PM Gouveia, Cel BM Abud, Ten Cel PM Ronaldo, Maj PM Graziela, Maj PM Fraga, Maj PM Jorge, Maj BM Omar, Ten PM William Miler e Daniel Susin.

Boas vindas e sucesso a todos.

CEL MARLON
Presidente da FENEME

5.6 CURTA E SIGA A FENEME NAS REDES SOCIAIS

Facebook: <https://www.facebook.com/secretariofeneme.feneme>

Twitter: <https://twitter.com/realfeneme>

Sites: www.feneme.org.br / www.ciclocompleto.com.br

Brasília, 25 de setembro de 2016.

OUTRAS INFORMACOES RELEVANTES E ESTRATEGICAS PARA A FENEME NO AMBITOS DOS PODERES, ORGAOS E INSTITUCOES, ESTAO SENDO REPASSADAS VIA RELATORIOS E COMUNICACOES COMPLEMENTARES AO PRESIDENTE DA ENTIDADE, PARA OS ENCAMINHAMENTOS NECESSARIOS.